



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Vol XXV, número 2, jul-Dez, 2020, pág. 127-163.

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS NA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Monaliza Silva de Alcântara
Paulo Roberto da Silva Júnior

RESUMO

O presente artigo tem como principal objetivo analisar as experiências e trajetórias das mulheres negras nas universidades públicas brasileiras, assim como discutir aspectos acerca da escolarização das mulheres negras e questões relacionadas ao racismo institucional ao qual estão expostas dentro das instituições de ensino. Para tal objetivo a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, em que quatro artigos foram analisados a partir do critério de proximidade com o objetivo proposto. Os resultados revelam uma emblemática questão fortemente ligada ao racismo estrutural presente na sociedade que reflete em diversas esferas na vida das mulheres negras, dentre eles o processo de escolarização e o acesso e a permanência às universidades públicas brasileiras.

Palavras chave: Mulheres negras. Universidade pública. Ações afirmativas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the experiences and trajectories of black women in Brazilian public universities, as well as discuss aspects about the education of black women and issues related to institutional racism to which they are exposed within educational institutions. For this purpose the methodology used was the literature review, in which four articles were analyzed by the proximity criterion of the proposed objective. The results reveal an emblematic issue strongly linked to the structural racism present in society that reflects in several spheres in the women's life black, among them the process of schooling and the access and permanence to the Brazilian public universities.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Keywords: Black women. Public university. Affirmative Actions.

INTRODUÇÃO

Consideramos extremamente pertinente discutir quais os elementos que perpassam a história das mulheres negras e que impactam no seu ingresso nas universidades. De acordo com Henriques (2017), desde o período colonial as mulheres negras eram destinadas a trabalhos domésticos e, mesmo após a abolição da escravidão, não foram propiciados a homens e mulheres negras acessos básicos como, por exemplo, a educação. Inclusive para as mulheres, o oferecido foi a subordinação e a exploração, pois a elas somente eram ofertadas atividades domésticas mal remuneradas.

De acordo com Pinto e Ferreira (2014), na década de 1930 muitas teorias racistas vieram importadas da Europa, influenciando fortemente a sociedade brasileira, as quais se pautavam nas discussões da origem da espécie humana e em concepções de superioridade e inferioridade relacionadas às diferenças étnicas. Segundo os autores, o médico e professor Raimundo Nina Rodrigues foi um dos primeiros a realizar estudos no Brasil sobre a pessoa negra, descrevendo-as a partir das perspectivas físicas, psíquicas, sociais e culturais, inaugurando diversos trabalhos e ideias relacionadas à crença da inferioridade e degenerescência física e mental dos negros, dando início a um racismo científico no Brasil.

Partimos da assertiva que as pessoas negras estão colocadas em lugares pré-estabelecidos historicamente, e isso impede a movimentação delas dentro da estrutura social. Isso se relaciona com o processo de formação do Brasil, que, de acordo com Ortegal (2018), teve suas relações sociais construídas a partir do cunho racial, classificando grupos como sub-humanos, dando isenção moral para práticas exploratórias, escravagistas e exterminantes. Durante o período escravagista as pessoas negras foram reduzidas a animais, resultando na construção de imagem desumanizada, isto resultou em uma série de



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

exclusões sociais. As teorias racistas e ideologias de branqueamento produziram situações que reforçaram estereótipos que reproduzem o racismo de maneira estrutural até hoje.

Por muito tempo, isso atrapalhou o acesso de pessoas negras a determinados espaços, tendo auxílio dos discursos que imprimem simbolicamente falsas ideias de igualdade e de oportunidades, que desconsideram as assimetrias impostas socialmente. Neste contexto, as mulheres negras são colocadas em posições ainda mais desfavoráveis, sofrendo opressões interseccionais ligadas à raça, classe e gênero (Crenshaw, 2020; Piscitelli, 2008). Essa situação expõe a realidade social que até hoje reproduz atitudes fundamentadas no período escravagista que se fortalecem em alguns discursos racistas, oprimindo as mulheres negras e colocando-as em lugares desiguais e marginalizados na sociedade

A implementação das ações afirmativas teve sua primeira execução no Brasil em 2003 pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que foi a primeira instituição de ensino do país a adotar o sistema de cotas raciais, a partir da Lei Estadual nº Lei nº 3708/01 de 9 de Novembro de 2001. Contudo, a Universidade Federal de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a adotar as cotas, em junho de 2004 após a Lei nº 3627/2004 instituída pelo congresso Nacional. Atualmente, todas as Universidades Federais possuem ações afirmativas de ingresso e, sua grande maioria, de permanência.

Visivelmente, as ações afirmativas impulsionaram de maneira significativa a entrada de pessoas negras no ensino superior, contudo, ainda é possível perceber alguns atravessamentos que impactam a trajetória dessa população, sobretudo de mulheres negras, relacionadas ao acesso e/ou permanência na universidade. Desse modo, é pertinente refletir acerca das questões que estão enraizadas no imaginário social que naturalizam processos de exclusão e perpetuam lógicas racistas que transitam na trajetória das estudantes negras dentro das universidades.

Höfling (2001) pondera que as políticas públicas precisam garantir o



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

acesso do povo ao conhecimento, para que desta forma seja possível diminuir as desigualdades sociais. Assim, a autora afirma que as políticas sociais precisam ser articuladas com as demandas da sociedade, para que dessa forma possam ser formulados direitos sociais básicos. Ela considera muito importante o desenvolvimento de uma política educacional capaz de proporcionar cidadania através da democratização do atual funcionamento social. De acordo com Pereira e Silva (2010), as políticas de acesso ao ensino superior surgiram como oportunidade de superação da desigualdade social que permeia o país historicamente, sendo que tais políticas possuem características distintas que variam a partir dos compromissos assumidos pelos governos vigentes.

A partir de uma revisão bibliográfica de artigos selecionados a partir do objetivo proposto e com base na análise aprofundada de quatro desses artigos, este texto busca refletir sobre as experiências e trajetórias de mulheres negras na universidade pública, buscando analisar o processo de construção de políticas implementadas nas universidades públicas para acesso e permanência de estudantes negras nos cursos de graduação. Buscamos, também, debater os processos de escolarização das mulheres negras e das mulheres brancas, analisar as dicotomias e as diferenças entre os dois grupos raciais, e discutir o racismo institucional nas universidades públicas.

Escrever sobre as experiências e trajetórias das mulheres negras na universidade pública é propor uma reflexão sobre o caminho que percorrem e as dificuldades que encontram para estarem e permanecerem nos espaços acadêmicos, dificuldades que estão relacionadas a questões qualitativas e estruturais presentes nos padrões hegemônicos universitários. Dessa forma, pensar no acesso e permanência das mulheres negras nas universidades é refletir, também, acerca das produções epistemológicas destas pessoas, em contraponto com a presença marcada dos padrões científicos masculinizados, brancos e eurocêntricos.

Dessa forma, se faz relevante compreender a trajetória das mulheres negras nas universidades públicas, realizando uma análise a partir da história



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

das universidades no Brasil, assim como das políticas de ações afirmativas de ingresso e permanência, levando-se em consideração marcadores de interseccionalidade que correlacionam aspectos de raça, classe, gênero e sexualidade.

Alguns espaços foram, historicamente, negados às mulheres negras, e a academia é um deles. Desse modo, discutir o acesso e a permanência das estudantes negras nas universidades públicas é fundamental, para que desta forma seja possível proporcionar intervenções e estratégias de resistências que reflitam sobre as mulheres negras e os espaços que podem ocupar na educação de nível superior nas universidades públicas brasileiras.

É assombrosa a diferença existente no número de mulheres negras nas universidades com relação as mulheres brancas e/ou aos homens, mas, apesar disso, existiram mulheres negras que foram pioneiras e que iniciaram o caminho pelo qual muitas percorrem atualmente. Aquela história de que “os nossos passos vêm de longe” é verdadeira e a história de Enedina Alves Marques traduz isso. Ela foi a primeira mulher negra a se formar no ensino superior no Brasil, no curso de Engenharia Civil, no ano de 1945 na Universidade do Paraná. Ela que era a única mulher de sua turma numa sociedade pós-abolição, sem políticas públicas de educação ou qualquer outra perspectiva de ascensão social para o povo negro. Não causa nenhuma surpresa destacarmos que a mesma passou por diversas opressões e discriminações para concluir o curso.

Entre o esquecimento, o desconhecimento e a invisibilidade, também, existiu outra mulher negra que foi a primeira mulher psicanalista na América Latina. Virginia Leone Bicudo fez história preenchendo sua própria trajetória, sendo, também, a primeira mulher a fazer um trabalho sobre as relações raciais no Brasil, inaugurando esta discussão na academia, a partir da perspectiva da negritude. Contudo, é comum que, no país que ignora o racismo e as desigualdades sociais, mulheres como estas também sejam apagadas e esquecidas na história.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Dessa forma, pensar na trajetória das estudantes negras nas universidades públicas ressaltando as questões de acesso e a permanência, é lembrar, também, daquelas que vieram antes e abriram caminho sendo pioneiras e protagonistas, e, para além disso, é questionar o porquê delas não aparecem nos livros de história. A invisibilização da mulher negra na sociedade é histórica, estando presente também na academia, sendo uma forma de comunicar que aquele espaço não as pertence. Podemos perceber isso nos lugares que são reservados a elas nestes locais, que durante muito tempo foi apenas o de objeto de estudo. As mulheres negras querem e devem ocupar o lugar da academia para produzirem pesquisas, em que possam contar suas próprias histórias, a partir da sua ótica e das suas produções epistemológicas.

Enquanto mulher negra, a autora principal deste texto reivindica, assim, o lugar de produzir um debate na intersecção entre raça e gênero acerca dos processos identitários relacionadas à branquitude e à negritude, de como a assimetria nessas relações se estabelece a partir de aspectos que atravessam os sujeitos e os lugares que ocupam na sociedade.

REVISÃO TEÓRICA

Universidade pública no Brasil: do início aos dias atuais

O Brasil foi o último país da América a implementar a educação superior de nível universitário, e, de acordo com Mayorga, Costa e Cardoso (2010), tal demora se deu devido ao tensionamento entre Igreja e Estado. As autoras afirmam que durante boa parte do período colonial a formação superior dos brasileiros era realizada na Europa e que até o século XVIII o governo português procurou impedir a criação de instituições de ensino superior no Brasil. É interessante ressaltar que, no período histórico em que a educação de nível superior foi implementada, o acesso era restrito aos homens brancos pertencentes à elite brasileira.



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Os debates sobre acesso e permanência na universidade pública no Brasil têm tomado coro, principalmente considerando-se os aspectos interseccionais que atravessam a trajetória de alunos e alunas. De acordo com Mayorga, Costa e Cardoso (2010), em 1808 foi instituído um ensino superior adequado ao modelo de Estado liberal. Durante esse período somente o Colégio Pedro II possibilitava o ingresso imediato nas escolas de nível superior. Contudo, em 1879, estipulou-se que essa possibilidade se estendesse às demais escolas secundaristas (o que foi aprovado somente em 1890 e ampliou o acesso à educação superior). Já a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República, de 1911, criou exames de admissão que dificultavam o acesso ampliado. As autoras ressaltam que os critérios seletivos e discriminatórios dos exames foram aperfeiçoados, fazendo com que nem todos os candidatos aprovados tivessem direito à matrícula. Importante considerar como as estratégias criadas para dificultar o acesso ao ensino superior impediram ainda mais o acesso de determinados grupos sociais, como mulheres negras, criando grande abismo entre eles e a academia.

Segundo Battoni, Sordano e Filho (2013), o modelo educacional das universidades brasileiras foi influenciado pela perspectiva funcionalista, vinculando o aprendizado à sociedade e ao governo. A universidade era vista apenas como instrumento de formação profissional e política para os cidadãos, seguindo o modelo francês conhecido como Modelo Napoleônico. Somente após a instalação das primeiras universidades no Brasil, na primeira metade do século XX, que outro modelo educacional orientado pelo foco na pesquisa passou a ser adotado (denominado como Humboldtiano: originário da Alemanha). Mayorga, Costa e Cardoso (2010) destacam que é interessante compreender como a elite brasileira tenta resistir à ampliação do acesso à educação superior, mantendo inalterados os privilégios. Elas salientam que a história da universidade no Brasil não é neutra, e destacam que a educação superior, desde seus primórdios, tem características de dominação hegemônica europeia, produzindo uma colonização de conhecimentos e práticas



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)
acadêmicas.

Ainda de acordo com as autoras, em 1931 foi elaborado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que tinha como objetivo estabelecer um modelo padrão na organização didática e administrativa do ensino superior. Este estatuto admitia duas maneiras de organização, sendo uma universitária e a outra de instituto isolado, e a admissão nas universidades e institutos deveriam continuar sendo através dos vestibulares. Conforme Battoni, Sordano e Filho (2013), o artigo 71 do referido Estatuto mencionava o termo “pós-graduação”. Contudo, apenas em 1960 a pós-graduação começou a tomar forma, recebendo influência das universidades europeias e norte-americanas. Segundo Mayorga, Costa e Cardoso (2010), no ano de 1968, promulga-se a Lei nº 5.540 nomeada como Lei da Reforma Universitária, no intuito de modernizar as universidades públicas, transformando-as em locais de atividades de pesquisa. As autoras ressaltam que o fomento científico foi importante para o desenvolvimento da pós-graduação no Brasil e no ano de 1951 foram criadas a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq).

Nota-se que as universidades públicas brasileiras receberam grande influência europeia, vestígios que podem ser percebidos nos dias atuais. Isso tem implicações no acesso e permanência de alunas e alunos nos cursos de graduação e pós-graduação, influenciando até os temas das pesquisas desenvolvidas, bem como aqueles como maior aceitabilidade nos processos seletivos. Torna-se pertinente indagar, assim, em que medida o padrão importado impacta a trajetória acadêmica de mulheres negras. Do mesmo modo, podemos refletir sobre como as referências europeias interferem nas epistemologias adotadas e provocam a necessidade de novas perspectivas na Latino-Americana.

No que se refere à educação como política pública, de acordo com Pereira e Silva (2010), uma das principais características das políticas públicas é seu caráter de produtora de oportunidades iguais para atores sociais desiguais.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Segundo Höfling (2001), as políticas públicas representam a ação do Estado em ações e programas destinados a segmentos sociais. Ela ressalta que as políticas sociais e a educação estão situadas em formatos específicos de cada Estado e por isso, sofrem interferências visando à manutenção de determinada formação social. Para provocar fissuras na formação social dominante é que, de acordo com Pereira e Silva (2010), as políticas de acesso ao ensino superior surgiram. Elas oportunizam a superação de desigualdades sociais que permeia a história do país.

Fonseca (2018) considera que a democratização das universidades começa a ocorrer muito recentemente, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que desenha um projeto diferente para a educação superior. O autor destaca a criação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) por meio do Decreto 6.096/2007, dedicado a reestruturar e expandir as universidades federais. Após o término do REUNI, continuou a ocorrer alguma expansão de cursos nas universidades federais. Paralelamente a isso, aconteceu a alteração nas formas de acesso às universidades federais e a Lei 12.711 de 2012 é um exemplo disso, ao integrar cota racial e critérios sociais para a graduação. Esses processos, apesar de iniciais e já permeados por retrocessos, ampliaram o acesso de estudantes negros, indígenas, pobres e oriundos de escolas públicas nas universidades federais. Há um avanço, porém, assim como é importante pensar sobre o acesso, é necessário discutir permanência e refletir sobre articulações de raça, classe e gênero na academia.

Ações afirmativas nas universidades públicas

Muito se debate hoje em dia sobre a democratização do acesso às universidades brasileiras, bem como acerca das políticas de cotas raciais. Segundo Mayorga e Souza (2010), muitas oposições relativas às ações afirmativas na universidade apontam como obstáculos os percalços que podem



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

causar na trajetória acadêmica dos estudantes que estão contemplados pela política, bem como a queda na qualidade do ensino superior. De acordo com as autoras, as ações afirmativas são políticas que estão presentes no âmbito público e privado, que podem se apresentar de forma compulsória ou facultativa, tendo como principal objetivo uma reparação histórica da desigualdade social vivenciada por determinados grupos, incluindo negros, povos originários, mulheres, pessoas com deficiência e público LGBTI, visando a promoção da diversidade cultural e a justiça social.

Albuquerque e Pedron (2018) afirmam que somente após a realização da marcha Zumbi dos Palmares realizada pelo Movimento Negro em 1995, em Brasília, que o Estado reconheceu a existência das ações afirmativas. Mayorga e Souza (2010), evidenciam o quanto o Movimento Negro Brasileiro foi importante para instaurar o debate acerca das políticas afirmativas em âmbito Público. Segundo as autoras, as denúncias apontadas pelo Movimento Negro elucidaram as contradições existentes nas concepções de cidadania que marcam as relações sociais brasileiras, gerando o debate acerca da justiça social e pautando o direito à diferença e à diversidade étnico-racial. Assim, as mesmas apontam que, quando o Movimento Negro se organiza para lutar pela superação do racismo, são destacadas as questões das cotas raciais como uma forma radical de ação afirmativa e de inclusão dos jovens negros nas universidades e no mercado de trabalho.

Apesar disso, Mayorga e Souza (2010) colocam que esse debate acaba desencadeando o questionamento relacionado ao Mito da Democracia Racial, sendo que a questão da miscigenação se torna um dos argumentos mais usados contra as ações afirmativas, principalmente relacionadas às cotas para negros. Assim, para as pessoas que são contra as cotas raciais esse assunto gera discussões acerca de quem é merecedor de tal benefício, já que as cotas vieram para desmontar o conceito brasileiro de mestiçagem e, conseqüentemente, a lógica da democracia racial. De acordo com as autoras, outro argumento utilizado para abafar as discussões sobre as ações afirmativas relaciona-se à



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

inconstitucionalidade de uma política de direitos específicos, já que a constituição de 1988 afirma a universalidade de direitos e a não discriminação dos sujeitos por raça. Pinto e Ferreira (2014) destacam que:

A dissimulação gerada pelo mito da democracia racial, o racismo ambíguo, via de regra velado e encoberto, afasta os indivíduos de uma compreensão das reais determinações históricas, substituindo por uma falsa ideia da harmoniosa convivência entre as raças. Essa versão ideologicamente predispõe os indivíduos a seus "corretos" papéis na sociedade. Em muitos dos espaços institucionais a ideologia apregoada pelo mito da democracia racial permanece arraigada, refletindo-se no pensamento social. (p. 262)

Mayorga e Souza (2010) levantam a problemática relacionada à questão da igualdade de direitos, sendo isso uma polêmica, uma vez que se reconhece a tradição formal republicana brasileira antirracista e já que essa garante na constituição o racismo como um crime inafiançável. As autoras indicam que a adoção das políticas de ação afirmativa constituiria a quebra dessa tradição, na medida em que reconhece os direitos específicos de uma determinada população. Por outro lado, consideram ser importante lançar um olhar sobre os princípios históricos da igualdade, que se contrapõe a lógicas hierarquizantes que atuam impossibilitando a mobilidade individual e social de determinados grupos, dentre esses as mulheres negras.

Desta forma, as autoras apontam que a formalização do princípio constitucional de igualdade necessita de especificação, concretização e universalização com tradução jurídica coerente e implementação prática. Enfatizam que a concepção de igualdade na sociedade moderna diz respeito à normatização hegemônica formalizada dos sujeitos, cristalizando padrões distributivos da sociedade. Nesse sentido, a igualdade é contestada pela experiência de grupos marginalizados, que não se encaixam no padrão normativo moderno e, dessa forma, sofrem diversos processos de exclusão. É possível perceber que no Brasil o conceito de igualdade toma sentidos



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

complexos, uma vez que este conceito foi formulado por uma sociedade escravagista reforçadora de normatividades. Destarte, as autoras expõem que o debate sobre as ações afirmativas é marcado por questões que explicitam o incomodo que estudantes negros provocam quando estão nas universidades, seja o incômodo diante dos questionamentos acerca da democracia racial, ou até na exposição das desigualdades no contexto universitário.

O crescimento da escolaridade ficou bastante acentuado no Brasil a partir dos anos 2000, mas Sotero (2013) afirma que esse crescimento não significou igualdade de presença entre homens e mulheres no nível de ensino. Ela ressalta que há uma distância entre a taxa de escolaridade por sexo e segundo por cor/raça, sendo que este fenômeno continua ao longo do tempo, mesmo com o aumento progressivo da escolarização. Ao fazer uma separação entre homens e mulheres é possível perceber que existe uma diferença entre mulheres brancas e mulheres negras, e homens brancos e homens negros. Em 2009 a taxa de estudantes na educação superior era de 43% mulheres brancas e 15% mulheres negras, o que aponta uma persistência nas desigualdades educacionais no ensino superior de grupos historicamente sub-representados nesse nível de ensino.

De acordo com o Censo de educação Superior de 2016, desde o ano de 1995 até 2015 houve um avanço na escolarização de nível superior, contudo, ainda é possível perceber a existência de uma significativa diferença entre pessoas negras e brancas. A quantidade de pessoas brancas com mais de doze anos de estudo aumenta de 12,5% para 25,9%, enquanto taxa de pessoas negras sobre de 3,3% para 12% (INEP, 2016). Apesar do aumento de anos de estudo da população negra, ainda existe diferença no tempo de escolarização de ambos os grupos. Apenas no ano de 2015 as pessoas negras alcançaram níveis similares em que as pessoas brancas estavam anos atrás, e isso é bem problemático. Na graduação, de acordo com o Censo, mulheres negras são 6% das alunas entre 20 e 24 anos e mulheres brancas na mesma faixa etária são 40% (INEP, 2016).



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

É inevitável perceber que nos últimos anos a participação das mulheres negras na educação superior tem aumentado, contudo, é válido problematizar como que este crescimento vem acontecendo. O ingresso de negros e pobres na educação superior vem acontecendo gradativamente, graças às ações afirmativas que foram instituídas principalmente no período do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse crescimento corrobora a necessidade da continuação destas políticas para que haja uma diminuição, até à superação das desigualdades no acesso e na permanência da educação superior, uma vez que essas políticas promovem a democratização das universidades públicas.

Trajetória acadêmica de mulheres negras e interseccionalidades

Pensar na trajetória de mulheres negras na universidade brasileira significa refletir, automaticamente, nas questões de raça, classe e gênero, que se articulam também nestes espaços. As relações de gênero se organizam dentro de um sistema de relações de poder, ou seja, pelo fato das mulheres serem impulsionadas para este lugar de desigualdade, há mais dificuldade de acesso de lugares diferentes daqueles que foram determinados para as mulheres e se elas não ocupam estes lugares estão sempre sendo tensionadas para o ocuparem, o que diz respeito a uma discussão estrutural dos lugares que mulheres são colocadas. Apesar da discussão de gênero ser extremamente relevante, é necessário perceber as transversalidades que perpassam este conceito e que se desdobram sobre as mulheres, produzindo subjetividades dentro dos lugares diferentes que cada uma ocupa, mas que são socialmente determinados.

A questão racial é algo que envolve o processo histórico e identitário do Brasil, se tornando muito difícil estabelecer qualquer argumento sem esta consideração. De acordo com Godinho (2006), o racismo e o sexismo são formas de exclusão de mulheres, negros (as) e índios (as) que permanecem na sociedade atual, portanto, torna-se importante discutir sobre gênero e



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

patriarcado uma vez que a partir disso são questionados modelos que, até então, prevaleceram como referencial. Contudo, frequentemente, os aspectos de opressão de raça não são naturalmente incluídos nas pautas da discussão de gênero.

As mulheres negras estão vulneráveis a diversas formas de violação por conta das dominações de gênero dentro do modelo patriarcal e das dominações racistas, que são culturalmente naturalizadas nos padrões estéticos de embranquecimento, que alienam as mulheres negras e as distanciam de sua origem ancestral. Contudo, estas são as mesmas mulheres que consolidam as forças que movem as estruturas sociais. Farias e Aras (2017) apontam que a desvalorização da mulher negra acontece a partir de violências simbólicas que sofrem a respeito de representações culturais racistas que a banaliza, sexualiza e inferioriza. As mulheres negras, ainda hoje, ocupam a base da pirâmide social, com salários baixos, pouco acesso à universidade, à justiça e, inclusive, são as que mais estão expostas a todas as formas de violências possíveis. Mesmo que exista mudança de classe, ela por si só não é suficiente para emancipar as mulheres negras das outras formas de opressão relacionadas às questões de gênero e ao racismo. Em um país estruturalmente racista é comum que mulheres negras ainda que ocupem espaços de poder, sejam colocadas no lugar de subalternidade nestes espaços. Mulheres negras estão socialmente mais vulneráveis que mulheres brancas e em alguns aspectos mais vulneráveis que os homens negros, portanto, a interseccionalidade (Crenshaw, 2020; Piscitelli, 2008) se manifesta de maneira específica na vivência de cada mulher.

As pautas das mulheres negras eram invisibilizadas tanto dentro dos grupos de ativismo negro quanto dentro dos grupos feministas “brancos”, o que aponta sérias falhas nas articulações dos grupos em elencar questões específicas vividas pelas mulheres negras em diversos espaços, inclusive dentro dos grupos. Desta maneira, é possível considerar as colisões estruturais dentro das próprias categorias que geravam práticas de exclusão e opressão às



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

mulheres negras. Assim, elas sentiram a necessidade de se mobilizarem frente a estas práticas as quais estavam expostas dentro dos dois grupos.

O feminismo negro se preocupa com as especificidades das mulheres negras, uma vez que analisa os papéis e lugares que as mulheres negras ocupam historicamente. Dessa forma, salienta as experiências diversas de mulheres e analisa os diversos pontos de vista que determinados fenômenos podem ser averiguados a partir da demarcação de raça, classe e gênero. Assim, Suely Carneiro (2003) afirma que, quando politizamos as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos e desta forma assumem diversos olhares que desencadeiam processos de luta de cada grupo, a partir dos lugares que estão inseridas. Desse modo, cada grupo que possui demandas específicas, essencialmente não pode ser tratado apenas a partir da perspectiva de gênero, uma vez que as especificidades que atravessam a mulher devem ser consideradas em cada caso.

O conceito de igualitarismo tem ganhado amplitude dentro de muitas discussões, principalmente no que tange determinadas pautas como gênero, raça e classe. Contudo, é necessária uma reflexão acerca deste conceito e o lugar generalista que pode ocupar, uma vez que pode vir a ignorar determinadas singularidades de cada indivíduo a partir dos lugares que ocupa. Dessa forma, é fundamental se pensar no conceito de equidade enquanto o mais próximo e real das demandas interseccionais que existem, uma vez que a equidade busca alinhar as diferenças e os sujeitos plurais.

Em virtude da necessidade de se discutir o conceito de igualdade, é profundamente importante compreender também o conceito de interseccionalidade e de como ele nos auxilia a observar determinados fenômenos do ponto de vista da classe, raça e gênero, para que desta forma a lógica da equidade faça sentido. Podemos compreender a interseccionalidade enquanto uma ferramenta metodológica que analisa as intersecções existentes nas diversas formas de opressão que se dão a partir de um arranjo estrutural em que as questões de gênero, raça e classe estão interligadas.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Podemos retomar a ideia de Crenshaw (2002) que conceitua interseccionalidade como uma união de sistemas múltiplos de subordinação que se organiza de variados modos, que comporta cargas múltiplas de discriminação. Assim, a autora salienta que a interseccionalidade é uma conceituação que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Trata-se especificamente das formas pelas quais o racismo, patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam posições diferentes para cada mulheres. Além disso, a interseccionalidade considera a forma como ações e políticas específicas geram opressões que se desdobram ao longo de tais eixos, construindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento.

Mayorga et al. (2010) apresentam a definição que Betty Friedan coloca como um mal que as mulheres sofrem denominado como: *o problema que não tem nome*, em que busca entender porque as mulheres ainda continuam excluídas das esferas públicas, mesmo após algumas conquistas importantes, como o sufrágio e as reformas derivadas dessa conquista. As autoras afirmam que a pesquisadora encontrou entre as mulheres de forma recorrente, um sentimento de vazio, de ausência de um projeto próprio, algo que as mulheres não conseguiam nomear. Diante disso, as autoras colocam que Friedan tenta se dedicar em nomear o problema como: patriarcado, sistema sexo/gênero, política sexual, sexismo, violência de gênero. Esses foram alguns nomes propostos para analisar a situação de exclusão, dependência e subalternidade vivenciada pelas mulheres.

É necessário pensar como esses problemas muitas vezes invisibilizados interferem ou impactam no acesso de mulheres negras nas universidades públicas, principalmente nos cursos de graduação. Levantar a problemática das dificuldades encontradas por estudantes negras em acessarem e permanecerem a determinados espaços acadêmicos mesmo após o início do processo de democratização das universidades, é tentar compreender quais aspectos atuam



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

concomitantemente neste contexto, que podem estar ligados a formas de opressões interseccionais que afastam e/ou barram a entrada de mulheres negras nesses lugares.

METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica é a etapa inicial de todo o trabalho científico ou acadêmico, sendo assim muito importante para reunir as informações e dados que servirão de base e construção da investigação proposta a partir do tema que foi escolhido. Segundo Galvão (2010), a revisão bibliográfica potencializa intelectualmente o conhecimento coletivo, a partir dele é possível evitar a duplicação de pesquisas, reaplicar e reaproveitar pesquisas em diferentes contextos, observar falhas em estudos já realizados, conhecer os recursos necessários para a construção de um estudo com características específicas, dentre outras questões.

O método escolhido e utilizado foi, portanto, o de revisão bibliográfica do tipo exploratória, visando a obtenção da explicação dos fenômenos a serem estudados e proporcionando a descoberta de novas ideias e hipóteses. O fenômeno que buscamos compreender e expandir foi o da trajetória das mulheres negras nas universidades brasileiras. Portanto, buscamos neste texto expandir o conhecimento já produzido sobre a trajetória das mulheres negras nas universidades brasileiras, buscando novas articulações teóricas, ideias e visões, a partir de um material acadêmico já publicizado.

As fontes utilizadas para abordar o tema sobre as mulheres negras nas universidades públicas foram livros, artigos e periódicos disponíveis nas plataformas de pesquisas utilizadas: Scielo, Google Acadêmico e Lilacs. As palavras chaves utilizadas para pesquisa foram *mulheres negras, universidade pública, educação superior, gênero, raça e classe*, e os critérios estabelecidos para a escolha dos artigos foram delimitados a partir do espaço de tempo das publicações entre o ano de 2008 até 2019. Após a leitura e análise dos textos



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

foram selecionados uma amostra de 15 (quinze) artigos, sendo que 4 (quatro) deles foram escolhidos para análise na pesquisa.

ANÁLISES E DISCUSSÃO

Com base nos artigos selecionados para análise, construímos duas categorias de análise para buscar novas articulações teóricas, ideias e visões, a partir do material acadêmico já publicado: A visível dicotomia na escolarização: do ensino básico ao superior e a distância entre mulheres brancas e mulheres negras; O ciclo do racismo institucional: da invisibilização ao genocídio epistemológico.

A visível dicotomia na escolarização: do ensino básico ao superior e a distância entre mulheres brancas e mulheres negras

No artigo analisado *Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior*, Góis (2008) aborda as diferentes posições acadêmicas entre mulheres brancas e mulheres negras. O autor expõe que a maior pobreza dos negros com relação aos brancos pode ser compreendida a partir de uma série de indicadores socioeconômicos, que modela essas diferenças.

Conforme Góis (2008), os negros enfrentam dificuldades no acesso ao mercado formal de trabalho, muito mais do que os brancos. Essas dificuldades são mais evidentes quando se trata da ocupação de cargos de gerenciamento e chefia. Se os afro-brasileiros em geral ocupam lugares de inferioridade em relação aos brancos no mercado de trabalho, o aspecto de gênero toma um lugar mais delicado. Mulheres negras ocupam as posições mais inferiores, sejam comparadas com homens brancos, homens negros ou mulheres brancas. Os avanços registrados nos últimos anos não tem sido suficientes para eliminar



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

essa posição desfavorável que as mulheres negras têm ocupado há tanto tempo.

De acordo com o autor, a questão de gênero é muito importante para esse debate, uma vez que, em geral, as mulheres vêm mantendo uma média de anos de estudos superior com relação aos homens nos últimos anos. Contudo, a variável raça traz mudanças significativas nesse aspecto, pois as mulheres negras encontram-se em uma posição inferior à das brancas no que tange o acesso ao ensino superior:

Enquanto 10,8% destas últimas conseguem ingressar no nível educacional posterior ao ensino médio, apenas 5,6% da soma de pretas e pardas também conseguem.¹⁰ As diferenças entre brancas e negras em relação a isso não é apenas quantitativa, contudo. Há evidências de que elas também dizem respeito às posições que umas e outras ocupam na hierarquia universitária, à trajetória de ingresso e às condições sob as quais ali permanecem. (Góis, 2008, p.745)

A educação pública no Brasil, ao longo dos últimos anos, tem enfrentado uma enorme crise, que se expressa em diferentes elementos. Um deles se dá pela desvalorização simbólica da figura do professor, agora destituído de seu status social, que conseqüentemente reflete no baixo desempenho dos (as) estudantes brasileiros (as), e foi nesse processo que o setor privado de ensino se expandiu. Tal setor parece conseguir estabelecer uma melhor qualidade educacional, principalmente no ensino fundamental e médio:

Os dados do Censo relativos ao conjunto das mulheres de todos os grupos raciais mostram que, enquanto 31,45% delas cursaram o ensino fundamental em escolas públicas, 58,76% o fizeram em escolas particulares e 9,76% transitaram entre esses dois tipos de escola. Tendência semelhante pode ser observada no que diz respeito ao ensino médio: 38,63% (pública), 55,87% (privada) e 4,75% (pública/privada). Considerando-se o acesso ao ensino privado como um diferencial na



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 - 1441 (Versão digital)

definição de pertencimento aos estratos sociais mais elevados, pode-se dizer que a maioria dessas estudantes não pode ser considerada exatamente como pobres. Contudo, essa percepção se confirma em magnitudes diferentes quando se introduz a variável “raça” nessa reflexão, pois, enquanto 70,79% do total de mulheres brancas se beneficiaram do ensino privado ao longo do ensino fundamental e médio, o mesmo só se deu com 56,60% e 48,94% do total de pardas e pretas respectivamente. (Góis, 2008, p. 752)

Outras questões precisam ser destacadas com relação à experiência das mulheres negras nas escolas do ensino médio e fundamental, públicas ou privadas, que podem comprometer o seu desempenho no esforço de acesso à universidade. A primeira está relacionada à presença constante de atos racistas no ambiente escolar. A segunda está relacionada ao fato de que a sub-representação negra em diferentes escolas, principalmente nas privadas, define muito o grau de bem-estar das estudantes negras que lá estudam. Outra questão está relacionada à renda familiar que está diretamente vinculada ao acesso do ensino privado, sendo um dos fortes indicadores da posição hierárquica dos indivíduos na sociedade brasileira.

Nesse quesito, as estudantes negras estão em desvantagem em relação às brancas. Comparando as mulheres dos dois grupos raciais observa-se que, na medida em que aumenta a faixa salarial, reduz-se o número de negras. Dessa forma, não é ocasional que as mulheres negras trabalhem mais que as brancas ao longo do ensino fundamental e médio, uma vez que fatores ligados à baixa renda familiar são uma das variáveis existentes.

Com relação à escolaridade dos pais, as diferenças aparecem no modo como estão distribuídos os pais e mães das alunas brancas e negras nas diferentes faixas de escolaridade. Quanto à escolaridade dos pais, verifica-se que 52,74% dos pais de todas as alunas brancas têm curso superior completo, enquanto somente 34,72% dos pais das negras, têm o curso superior completo. Em relação à escolaridade da mãe, 40,12% das alunas brancas têm mães com



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

curso superior completo contra somente 25,18% das pardas e 18,18% das pretas. As diferenças de capital cultural familiar entre alunas negras e brancas podem ser capturadas quando se comparam as frequências em faixas de escolaridades mais baixas. As diferenças entre elas se mantêm nas categorias primário incompleto, primário completo e fundamental completo, embora se reduzam muito na categoria médio incompleto e quase se igualam no médio completo:

O fato de a escolaridade das mães de brancas e negras ser praticamente a mesma na categoria “médio completo”, mas voltar a diferenciar-se nas categorias que compõem o ensino superior, reflete, de um lado, o avanço na escolarização das mulheres negras, mas ao mesmo tempo corrobora a hipótese sobre as barreiras ao avanço educacional que umas – as brancas – têm conseguido transpor com menor dificuldade e outras – as negras – com maior dificuldade. Os impactos disso em termos de possibilidade de acesso das alunas em questão aos cursos superiores são vários. Além do menor capital cultural familiar disponível, um dos mais importantes é que as alunas negras, possivelmente, desenvolvem de forma mais solitária os esforços de acesso ao ensino superior e transitam por ele talvez sem poder contar com o apoio de mães portadoras, pela experiência, de plena compreensão da nem sempre fácil circulação de afrodescendentes pelas universidades. (Góis, 2008, p. 757)

No que tange à permanência, há percalços complexos que atingem desigualmente alunas negras e brancas, pois as estudantes negras dispõem de menor recurso familiar para arcarem com as despesas presentes no ensino superior. Em função disso, as estratégias também são diferenciadas, como, por exemplo, a associação entre trabalho e estudo durante a passagem pela universidade. Outra estratégia é estudar a noite, uma vez que favorece a possibilidade de associar trabalho e estudo.

Apesar do avanço, a escolarização feminina, principalmente relacionada



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

a ingresso e permanência na educação superior, tem acontecido de forma diferente para mulheres de diferentes grupos raciais. Alguns elementos como a escolarização básica e de nível fundamental e médio, com maior frequência em escolas públicas, rendimento familiar menor e morar em cidades mais empobrecidas, impactam no acesso e na permanência de determinadas mulheres. As condições de permanência das mulheres negras no ensino superior também são diferentes das brancas, pois, na maioria das vezes elas continuam a trabalhar em maior proporção, tendendo a estudar no turno noturno, o que impacta na qualidade e desenvolvimento educacional dessas mulheres nesse nível de ensino.

Outro aspecto relevante é a questão da escolarização das mulheres negras e o distanciamento existente entre elas e as mulheres brancas. Apesar de atualmente o nível de escolaridade ser maior entre mulheres do que entre homens, a categoria de raça evidencia a diferença entre mulheres brancas e mulheres negras.

A categoria de raça é um diferencial na discussão, até muito mais do que a classe social, uma que vez que a questão da raça sustenta e envolve a questão de classe social. Dados qualitativos e quantitativos demonstram o distanciamento existente entre as mulheres brancas e mulheres negras no seu processo de escolarização básica até superior, que estão diretamente ligados a aspectos sociohistóricos que estruturam a sociedade desde o início de seu desenvolvimento. Essa desigualdade entre os dois grupos em que um deles possui privilégios sob o outro, nos aponta como é a situação da mulher negra no Brasil atualmente, que reflete reproduções históricas e que hoje as mantem em posições desfavoráveis. Assim, é necessário analisar o processo de escolarização sendo um ponto importante para se avaliar as posições sociais que as mulheres negras estão inseridas e as diferenças pertinentes nessa discussão com relação às mulheres brancas.

O ciclo do racismo institucional: da invisibilização ao genocídio



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)
epistemológico

No artigo analisado *Diferenças e desigualdades na Universidade de Brasília: experiências de jovens negras e suas visões sobre o sistema de cotas*, Weller (2007) aponta que nos últimos anos houve um aumento nas ações e debates em torno da necessidade de políticas educacionais voltadas para promoção da equidade de gênero e superação das desigualdades étnico-raciais, assim como políticas públicas para adolescentes, afim de diminuir a vulnerabilidade juvenil. O artigo busca apresentar os dados parciais de uma pesquisa sobre a trajetória escolar e familiar de jovens negras que ingressaram na Universidade de Brasília pelo sistema de cotas, e analisar algumas experiências de estudantes cotistas dos cursos de Psicologia, Serviço Social e Medicina, com destaque para as avaliações realizadas pelas mesmas a respeito desse programa de ação afirmativa nas universidades públicas com o objetivo de verificar, por um lado, a influência da família e da escola no ingresso em uma universidade pública e, por outro lado, as experiências vividas enquanto jovens negras na universidade.

Assim Weller (2007) destaca que a implementação de ações afirmativas e políticas de promoção da igualdade e gênero e étnico-racial implica num sistema de acompanhamento e avaliação, assim, como de estudos teóricos e pesquisas empíricas que contribuam com a fundamentação dos programas educacionais para a redução das desigualdades de gênero e raciais. Dessa forma, a autora retoma ao processo de implementação do sistema de cotas na Universidade de Brasília (UnB), que existe desde 2004 reservando 20% das vagas para estudantes que se autodeclararam negros.

Weller (2007) em uma de suas entrevistas realizadas com as alunas, questiona sobre suas experiências na universidade como cotistas. Em grande parte, as jovens responderam que nunca passaram por situações constrangedoras. Contudo, as características fenotípicas despertam entre alguns estudantes a curiosidade em relação à colega negra que entrou pelo sistema de



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

cotas, e sobre como foi a experiência de tirar fotografia no momento da inscrição.

A questão do mérito, principalmente em relação à nota de corte obtida no vestibular, parece representar um fator determinante na aceitação ou na discriminação dos estudantes cotistas. Uma entrevistada relata o incômodo com alguns apelidos que recebeu em função do cabelo, uma vez que desenvolve sua relação com os colegas de curso caracterizada pelo não enfrentamento e tematização vividas enquanto negra. Dessa forma, interpreta os apelidos que recebe dizendo tratar-se de brincadeiras por parte dos colegas, algo que pode ser percebido de acordo com um trecho retirado da entrevista exposta no artigo analisado:

Fátima: Ah é mais assim, ah eles fazem muitas brincadeiras com o meu cabelo por exemplo assim, e é uma coisa que, que realmente que, que me incomodava desde pequena assim. A coisa que mais me marcou foi ah esse seu cabelo pixaim! O meu apelido na minha, na minha turma inclusive é desde o primeiro semestre que o pessoal me chamava é de base de amiceto que é um fungo, né? Sabe aquele fungo que fica todo assim. Então o meu apelido é “Base de Amiceto” ... (Weller, 2007, p. 153)

As jovens relataram existir uma política de silenciamento em relação à discriminação das estudantes negras por terem ingressado na universidade através do sistema de cotas, no âmbito da instituição. É possível perceber isso na fala de uma estudante retirada de um trecho da entrevista apresentada no artigo analisado:

“Sandra: E o interessante é porque as pessoas perguntam sobre cotas, mas é no sentido assim, você é cotista? Ah, tipo o pessoal não tem curiosidade, é como se as outras pessoas perguntassem você é cotista pela sua fisionomia eu falei sou e aí como é que é o sistema de cotas, como foi que você passou? Tem que tirar fotos? Como é que foi você tirou foto ampliou? Você tirou foto 3x4? Eu posso mudar depois que



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

[expressão incompreensível], sabe? Uma coisa que até é curiosidade, mas não uma coisa assim de fazer alguma diferença, ser cotista é light, apesar que é em alguns cursos, lá na Psicologia a gente não viu uma manifestação e nem priorizamos cotas, nem falamos bem das cotas, nem falando da lista discutida e nem falando mal, a gente é bem apolítico mesmo na Psicologia” (GD Psicologia; sem grifos no original). (Weller, 2007, p. 150)

Assim, é provável que as cotas tenham gerado uma modificação mais profunda na gramática dos discursos no interior da universidade, no atendimento das demandas políticas e sociais.

No artigo *Trajetórias de vida de jovens negras da universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas*, Weller e Holanda (2014) buscam analisar as trajetórias de vida das jovens negras que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade de Brasília, bem como suas experiências relacionadas à discriminação de gênero e étnico-racial, preconceito, estereótipos e as formas de enfrentamento. As autoras ressaltam que investigar a trajetória das estudantes negras nas universidades públicas pode fortalecer o debate e possibilitar a consolidação de políticas públicas que contemple a população negra, contribuindo para a desvantagem existente com relação à população branca.

Assim, as autoras passam pelas definições conceituais de raça e gênero, reforçando que a construção das categorias de análise se dá dentro das relações sócio- históricas, portanto, são passíveis de alterações constantes. Dentro de uma compreensão mais atual do conceito de gênero, as autoras trazem a análise bidimensional de Nancy Fraser, que percebe gênero emergindo tanto nas questões políticas e econômicas, quanto em face discursiva- cultural. A primeira traz implícita a noção de redistribuição, e a segunda, ao mesmo tempo, traz contida no seu âmbito a noção de reconhecimento.

Entretanto, ao reivindicar políticas de reconhecimento, Weller e



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Holanda (2014) pontuam que com a implementação dessas políticas, há possibilidades de privilegiar alguns grupos em detrimento de outros. As autoras propõem, então, uma reflexão de como é possível articular políticas que corrijam injustiças de gênero baseadas em categorias de entendimento ambíguo, uma vez que dentro das políticas de reconhecimento o olhar é voltado para a compreensão de gênero com especificidades inerentes à cultura, à linguagem, noção mais ligada a grupos, ou mesmo indivíduos.

Consideramos que debater as relações raciais no Brasil pode mobilizar a reflexão sobre outros preconceitos e discriminações que têm efeito cumulativo. Dessa forma, as desigualdades sociais recaem sobre a população mais desfavorecida e são mais evidentes quando se trata de mulheres jovens negras.

A partir das narrativas das estudantes negras que ingressaram pelo sistema de cotas na Universidade de Brasília, é possível alguns apontamentos emblemáticos. Durante as entrevistas as jovens apresentaram um comportamento reservado, que pode ser um reflexo da discussão controversa sobre a política de cotas nos anos de 2006 e 2007 (período em que a pesquisa foi realizada). Algumas jovens ao falarem sobre a política de cotas argumentavam que usufruíam de um direito pouco legítimo, uma vez que acreditavam estar ocupando a vaga destinada a um estudante de menor poder aquisitivo. Trazendo um discurso a favor de cotas para estudantes pobres oriundos de escola pública, por outro lado, as estudantes que possuem melhores informações ou estão inseridas em algum movimento social ou engajadas em algum projeto de extensão relacionado ao tema, reconhecem e defendem a importância das cotas para negros, se reconhecendo dentro desse grupo de forma consciente e segura.

Também trazem suas experiências na universidade, a relação estabelecida com a instituição e alguns conflitos e debates acerca da política de ações afirmativas:

Kani:[...]e por mais que a gente falasse, que a gente tentasse convencê-la do contrário, sabe, tipo, ela diz que, né? Os cotistas são inadequados



Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

pra universidade, aí eu pensei: bom, quem será adequado, né? Quem pode dizer isso? Quem foi que estabeleceu esse padrão de adequação? Eu fiquei assim, meio indignada (L. 318-341, grifos nossos). (Weller e Holanda, 2014, p. 74)

Um dado comum para quase todas as entrevistadas é a questão das mães sempre aparecerem como figuras de referência na família, o que tem relação com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho e aumento do nível de escolaridade. As estudantes também revelaram na entrevista situações constrangedoras de racismo vivenciadas na infância e adolescência que impactaram em suas trajetórias, estimulando à resistência em algumas e o conformismo a outras. Igualmente, expõem suas experiências de racismo vivido dentro da própria instituição de ensino como pode ser observado na fala de uma estudante da UnB no artigo analisado:

Larissa: [...] Acho que todo tipo de preconceito possível eu vivi hoje, todos! [...] Excluída de tudo, chacotas, de eu não ser convidada pras festas, vivi por parte dos professores, que são os grandes incentivadores, os próprios professores, as piadas de homossexualismo sempre partiram deles, eles dizem as piadas de gay (L. 260-265). (Weller e Holanda, 2014, p. 69)

Outra questão observada está relacionada ao ingresso na universidade pública, que conferiu às estudantes no âmbito familiar e territorial de moradia um status, conferindo-lhes maior autoestima e abrindo perspectivas futuras de estudo e trabalho.

O texto *Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade* de Cruz et al. (2010) apresenta uma questão muito relevante sobre a produção de invisibilidades dentro da universidade brasileira. Buscam compreender como a universidade brasileira produz e reproduz determinadas lógicas de invisibilidade e produção de ausências de determinadas experiências, em especial, dos sujeitos que não tinham acesso à universidade. Os autores expõem que ao longo dos últimos anos, a universidade adquiriu a capacidade



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de legitimizar e deslegitimar inúmeras práticas e vivências sociais. Dessa forma, afirmam que a produção de conhecimento dentro das universidades é marcada pelas relações sociais, exprime opiniões e atitudes de vários atores que muitas vezes são divergentes e convergentes.

Destacamos que, em muitos casos, acontece uma relação hierárquica entre os atores envolvidos nesse processo, estabelecendo relações de poder em que algumas vozes são legítimas e outras por vezes são silenciadas. Dessa maneira, alguns sujeitos são excluídos da produção ou direcionados a espaços em que seus conhecimentos são minimizados ou deslegitimados, o que nos exige a reflexão acerca dos conceitos de inferiorização e hierarquização de determinados grupos sociais. A inferioridade de um grupo ou de uma pessoa é resultado, assim, de uma complexa construção social, pois a sociedade qualifica certos estigmas que define uma pessoa ou um grupo como inferior, propagando vários tipos de discriminações.

As discriminações e preconceitos naturalizam, desse modo, a inferioridade de certas diferenças, e, ao mesmo tempo, impedem que esse processo de naturalização seja reconhecido como construção social:

O que se opera é a transformação das diferenças em diversos níveis de desigualdades que estabelecem uma hierarquia que considera alguns mais aptos que outros. A relação interna dessa hierarquia não segue de forma unidirecional, ela se dá em uma relação de duas vias, ou seja, a inferiorização de uns significa, necessariamente a exaltação da superioridade de outros, ou melhor, de quem inferioriza. (Cruz et al., 2010, p. 80)

Os invisíveis na produção do conhecimento possuem algum estigma identitário, construído nas relações sociais a partir de preconceitos relacionados às suas diferenças, sendo assim, inseridos de forma subalternizada nesses espaços. As invisibilidades produzidas nas formas de opressão são naturalizadas e, por isso, torna-se relevante visibilizar a experiências de mulheres, negros (as), pobres e demais sujeitos que estão inseridos nas lógicas



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de invisibilidade. Se referir às categorias de gênero, raça e classe na discussão dos processos de invisibilidade social de determinados grupos, se faz essencial, uma vez que esses passaram por processos cristalizados na sociedade, não sendo considerados os fatores históricos que impossibilitam o acesso e a permanência desses na educação.

A partir dos textos analisados, é possível perceber o quanto que alguns processos instaurados socialmente refletem nos espaços universitários, atingindo determinados grupos de forma crucial em relação a outros. Refletimos, desse modo, como algumas questões relacionadas ao racismo, por exemplo, aparecem nas estruturas das instituições produzindo uma série de opressões e violências que naturalizam a invisibilidade desses sujeitos. As discriminações raciais têm se organizado em eixos estruturantes da cultura e, assim, acabam produzindo uma série de desigualdades e exclusões sociais. Importante considerar as dimensões do racismo como fatores que atualmente estão presentes estruturalmente na sociedade e que impactam na realidade das mulheres negras e em sua trajetória na universidade pública.

É necessário equacionar a invisibilização das mulheres negras reproduzida na academia e nas epistemologias ali produzidas e utilizadas. Esse assunto precisa ser convulsionado.

Historicamente, vivenciamos um silenciamento acerca da sub-representatividade de mulheres negras em diversos espaços sociais. É possível observar como esse processo se reproduz e se naturaliza dentro das universidades, dando origem a mecanismos invisibilização dessas estudantes e das suas pautas, o que configura o racismo institucional. Como apontam Carmichael e Hamilton (1967), ele pode ser compreendido como a falha de uma organização ao dificultar um serviço apropriado a determinadas pessoas por causa de sua cor, cultura ou etnia. Em outras palavras, de acordo com o CREPOP (2017), refere-se ao nível político e pragmático das instituições, que na sua gestão, infligem condições desfavoráveis de vida à população negra e indígena, corroborando o imaginário social de inferioridade desses grupos e,



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

consequentemente, funcionando como alavanca social para pessoas brancas. Trata-se, portanto, de uma prática marcada pelo tratamento desigual que indica uma falha do Estado em promover políticas de equidade aos diferentes grupos sociais, estando presente em estruturas públicas ou privadas.

Pensar sobre a forma como as estratégias de racismo institucional afastam mulheres negras da academia é expressar indignação e problematizar este tema bastante atual, que borbulha fortemente nesses espaços. Fatores relacionados às questões de gênero, racismo, desigualdade social e outras injustiças ajudam-nos a compreender o que distancia as mulheres negras da academia. Contudo, esses aspectos não podem continuar a justificar as desvantagens vividas por mulheres negras e já naturalizadas pela sociedade. É necessário, também, ressaltar como que esse racismo institucional e acadêmico produz consequências às mulheres negras que impactam nas suas posições dentro da academia e fomentam o seu processo de inferiorização. Uma das questões que ilustram muito bem essas consequências está relacionada ao genocídio negro epistemológico, presente nas universidades brasileiras.

O racismo e sexismo epistêmico é um dos graves problemas da atualidade que permeiam a experiência de mulheres negras nas universidades públicas. O privilégio epistemológico direcionado a determinados grupos, que em sua grande maioria são brancos e homens, têm sustentado uma série de invisibilizações a outros grupos que são inferiorizados nos processos de produção de conhecimento. Isso gera o privilégio para alguns em definir o que é verdade, o que é realidade e quais são os melhores caminhos. Esse monopólio que gera uma série de desigualdades, também, produz para a população acadêmica negra um verdadeiro genocídio epistemológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos discutir neste texto a forma emblemática como aconteceu o processo de implementação de ensino superior no Brasil, refletindo sobre os



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

muitos atravessamentos relacionados ao período sócio histórico, político, econômico e cultural do país naquele momento. Discutimos como ele foi, durante muito tempo, um espaço elitizado e que somente após o processo de democratização do ensino superior que o acesso se tornou mais possível para alguns grupos minoritários.

Propusemos uma reflexão da história das mulheres negras na educação superior, e quais elementos atravessam seu acesso e permanência nesses espaços. Considerar o processo sócio histórico no qual as mulheres negras estão inseridas é importante para entendermos os lugares que atualmente esse grupo ocupa na sociedade. Ao analisarmos o processo de escolarização das mulheres negras e brancas, visualizamos uma distância quantitativa entre os dois grupos raciais, que é permeada por questões qualitativas relacionadas às desigualdades sociais.

Isso nos ajuda a compreender a sub-representação das mulheres negras nos espaços acadêmicos, principalmente, em níveis mais elevados como a pós-graduação ou docência. Contudo, é válido ressaltar o quanto que o processo de democratização da educação superior impulsionou de forma significativa o acesso de estudantes negras nas universidades. Porém, há outros fatores que contribuem para o afastamento delas desses espaços, sendo um deles o racismo institucional.

O racismo institucional é um reflexo da estrutura social da qual vivemos. Acontece através de estratégias sutis, que ,dentro das universidades, impacta diretamente as estudantes negras em suas experiências e nas relações que estabelecem no espaço universitário. Essas estratégias refletem, também, nas produções acadêmicas, uma vez que os trabalhos realizados por mulheres negras são invisibilizadas nesses espaços, produzindo assim uma espécie de genocídio epistemológico. Assim, o racismo institucional é uma forma perversa de manutenção de poder que produz uma série de violências e violações contra as estudantes negras.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Buscamos observar como o processo de democratização (apesar de ter sido importante) não foi suficiente para dar conta dos mecanismos de exclusão que esse grupo vem vivenciando há tanto tempo. Isso demonstra que as problemáticas vividas por elas vão além do acesso às universidades, apontando para questões enraizadas e naturalizadas na nossa sociedade, como a questão do racismo que se materializa nas instituições.

A criação de políticas de acesso e permanência é importante, contudo, se tornam paliativas, caso a discussão a respeito dos elementos psicossociais que impactam a trajetória de vida das mulheres negras não seja fomentado. Por fim, é necessário refletir como as teorizações e práticas em psicologia podem auxiliar no debate desse tema, gerando um espaço de reflexão sobre os fatores que integram e interferem no acesso e permanência das mulheres negras na educação superior. Dessa forma, propondo indagações acerca dos problemas vivenciados por esse grupo racial e propondo possibilidades de modificação desse cenário. É válido lembrar que a desigualdade social é um projeto de Estado e precisamos nos atentar e nos posicionar sobre isso.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. A & Pedron, C. D. (2018). Os objetivos das ações afirmativas em uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública brasileira: a percepção da comunidade acadêmica. *Revista bras. Estud. Pedagog.* v. 99, n. 251, p. 54-73. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v99n251/2176-6681-rbeped-99-251-54.pdf>

Bottoni, A; Sardano, E & Filho, G. (2013). Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. *Revista Gestão Universitária.* 1º Edição. Recuperado em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717767.pdf>



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Carmichael, S. & Hamilton, C. (1967). Black power: the politics of liberation in America. New York, Vintage, p. 4.

Carneiro, S. (2003). Mulheres em movimento. Revista Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>.

Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas (2017). Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogos/os. (1º ed). Brasília: Autor.

Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação racial Relativos ao gênero. Revista Estudos feministas, n. 10, p. 171-188. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>.

Cruz, R. N.; Ziller, J. ; Amaral, J. G. ; Nonato, S. P. & Paula, P. P. (2010) . O Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade. In: C. Mayorga (Org.). Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade. (1ed). Belo Horizonte: Editora UFMG, v., p. 71-91.

Farias, A. C. & Aras, L. M. B. (2017, novembro). Feminismo negro, feminicídio e a violência de gênero contra as mulheres. In: V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidade, Salvador, BA, Brasil. 11. Recuperado de:

Fonseca, R. (2018) Democracia e acesso à universidade no Brasil: um balanço da história recente (1995-2017). Revista Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 299-307. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/er/v34n71/0104-4060-er-34-71-299.pdf>.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Galvao, M.C.B. (2010) O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica.

In: L. J. Franco, F. D. C. Passos. (Org.). Fundamentos de epidemiologia. (2ed. A. 398ed). São Paulo: v. p. -377.

Godinho, T. M. (2006, agosto). Traços da violência praticada por mulheres brancas contra mulheres negras no período escravocrata, em fazendas no estado de Goiás. *In:* Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, SC, Brasil, 7. Recuperado em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/T/Tereza_Martins_Godinho_18.pdf

Góis, J. B. H. (2008) Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. *Revista Estudos Feministas*, 16(3): 424, Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300002&script=sci_abstract&tlng=pt

Henriques, C. S. (2017). Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. *O Social em Questão* n° 37. Recuperado de: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_8_Henriques.pdf.

Höfling, E. (2001) Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>.

Instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. (2016). Ministério da Educação. Censo da Educação Superior 2016. Notas Estatísticas. Recuperado de:



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/20

[16/notas sobre o censo da educacao superior 2016.pdf.](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf)

Lei nº 3708, de 09 de Novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso à universidade do estado do rio de janeiro e à universidade estadual do norte fluminense, e dá outras providências. Recuperado de: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/90840/lei-3708-01>

Mayorga, C & Souza, L. M.(2010). Ação afirmativa na universidade: quando ruídos se tornam vozes. In: C. Mayorga (Org.). Universidade cindida; universidade em conexão? ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, v, p. 204-233.

Mayorga, C; Costa, F. C.S & Cardoso T.L. (2010). Universidade pública no Brasil: entre privilégios e direitos. In: C. Mayorga. (Org.). Universidade cindida; universidade em conexão? ensaios sobre democratização da universidade (no prelo). 1a.ed.Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, v. , p. 19-45.

Ortegal; L. (2018). Relações raciais no Brasil: colonialidade, dependência e diáspora. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 133, p. 413-431. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n133/0101-6628-sssoc-133-0413.pdf>.

Pereira, T & Silva, L. (2010). As políticas públicas do ensino superior no Governo lula: expansão ou democratização? Revista Debates, v.4, n.2, p. 10-31. Recuperado de: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1117.pdf>.

Pinto, M. C. C & Ferreira, R F. (2014). Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra. Revista Pesquisa práticas psicossociais. vol.9 no.2. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082014000200011.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Piscitelli, A. (2008). Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Revista Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p. 263-274. Recuperado de:

<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5247/4295>

Projeto de Lei da câmara dos deputados nº 3.627, de 28 de Abril de 2004. Institui Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de educação superior e dá outras providências. Recuperado de: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=017F52D76DFE1AB3325B3D190D3BE637.node2?codteor=223564&filename=Avulso+-PL+3627/2004

Sotero, E. C. (2013) Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In: Mariana Mazzini Marcondes, Luana Pinheiro, Cristina Queiroz, Ana Carolina Querino, Danielle Valverde (org): *Dossiê Mulheres Negras retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília : Ipea. 160 p.

Weller, W. (2007) Diferenças e desigualdades na Universidade de Brasília: experiências de jovens negras e suas visões sobre o sistema de cotas. *Revista Política e Sociedade*, nº 11. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1264>

Weller, W., & Holanda, M. (2014). Trajetórias de vida de jovens negras da universidade de Brasília no contexto das ações afirmativas. *Revista Poiésis*, 8(13), 57-80. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v8e13201457-80>

Recebido: 20/5/2020.



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Aceito: 20/6/2020.

Sobre autores e contato:

Monaliza Silva de Alcântara - Especialista em Intervenção psicossocial no contexto das políticas públicas pelo Instituto de Ciências Humanas do Centro Universitário UNA. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais (FEAD/MG), Psicóloga Clínica, Educadora Social e Redutora de Danos.

Endereço: Rua Albina, nº 35, Jaqueline, Belo Horizonte, Minas Gerais. Cep: 31748-451 Telefone: 031- 994625419

Email: monalizadealcantara@hotmail.com ou

monalizasilvadealcantara@gmail.com

Paulo Roberto da Silva Júnior

Psicólogo, mestre em psicologia social e doutor em psicologia social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Faculdade Arnaldo e da Pós-Graduação em Intervenção psicossocial no contexto das políticas públicas, do Instituto de Ciências Humanas do Centro Universitário UNA.

E-mail: paulosilvajunior@gmail.com